

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Bolsa de SP sobe 3,23% e renova recorde](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Ibovespa fecha em alta de 3,23% no dia e renova máxima histórica](#) 4

Correio Braziliense

[Título: Petrobras: ministro gera polêmica](#) 17

[Título: Sindicalistas protestam no Rio](#) 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo 3

Título: Bolsa de SP sobe 3,23% e renova recorde 3

Título: Poder em Jogo 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

Título: Ibovespa fecha em alta de 3,23% no dia e renova máxima histórica 4

Título: Leilões de energia serão retomados em dezembro 5

Título: Nota 6

Título: Nota 6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 6

Título: RENCA 6

Título: Mudanças no setor de açúcar trazem emoções ao mercado, afirma banco.....	7
Título: Petrobras diz ter 19 projetos atrasados por indefinição nas regras de compras.....	9
Título: Governo estuda antecipar fim de todos os contratos de usinas da Eletrobrás.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Fim de cartel evita perda de R\$ 300 mi	12
Título: Petrobras: ministro gera polêmica	17
Título: Sindicalistas protestam no Rio.....	18
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Norte e Nordeste querem ficar com todas as cotas do etanol.....	19
Título: Curta.....	20
Título: ANP habilita 16 empresas para licitações de áreas do pré-sal	21
Título: Reformas e privatização.....	22
Título: Arbitragem coletiva contra Petrobras pode chegar a R\$ 20 bi.....	24
Título: Estatal contabiliza atrasos por exigência de conteúdo local	28
Título: Destaques	30
Título: Regra para corte de inadimplente volta ao STJ na próxima semana.....	30
Título: Investidor pede e Vale muda boletim de voto na AGE.....	32
Título: Usinas do Nordeste apostam em etanol.....	33
Título: Carf analisa autuação bilionária contra a Petrobras.....	35

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Rennan Setti****Título: Bolsa de SP sobe 3,23% e renova recorde**

Captação e compulsórios puxam otimismo. Dólar cai 0,22%, a R\$ 3,148

USIMINAS E CSN: SALTO DE 9%

As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras subiram 3,77%, enquanto as ordinárias (ON, com voto) avançaram 4,65%, reagindo às declarações do **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, durante o programa “Roda Viva”, da TV Cultura, na noite de segunda-feira. Ele afirmou que uma eventual privatização da petroleira pode ocorrer no futuro — ontem, porém, ele disse que o assunto está “fora de cogitação”, ainda que admitisse que o tema pode ser debatido em outro governo. — Tivemos as notícias da rolagem do Tesouro, a matéria do GLOBO sobre a queda do compulsório e as declarações do ministro. Lá fora, o cenário também ajuda um pouco, proporcionando um clima positivo para o mercado.

A Bolsa rompeu algumas barreiras gráficas importantes, e muita gente acredita que agora ela pode buscar os 80 mil pontos — disse Luiz Roberto Monteiro, operador da corretora Renascença. A Eletrobras avançou 7,10%, diante das perspectivas sobre a privatização da empresa. Na véspera, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr., disse que a divulgação da modelagem para a privatização deve ocorrer até o fim do ano. A Usiminas disparou 9,76%, e a CSN saltou 9,92%. O movimento é sustentado por indicadores recentes que sinalizaram recuperação da atividade industrial na China e na zona do euro.

VEÍCULO: O Globo**Seção: política / colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em Jogo**

Loteamento atômico

Já chegaram à estatal Indústrias Nucleares do Brasil os nomes enviados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para substituir parte da atual diretoria. Para a presidência, o escolhido é o atual superintendente de Engenharia do Combustível, Reinaldo Gonzaga. Será substituído por Marcelo Xavier de Castro, dos quadros da empresa. Para a diretoria de Finanças, o indicado é Luiz Fernando Couto, ex-secretário da prefeitura de Duque de Caxias e ex-diretor de

Furnas. Há no setor apreensão com a ingerência política na empresa e temor que haja prejuízo com projetos como a retomada da produção e enriquecimento de urânio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Paula Dias e Fernando Scheller

Título: Ibovespa fecha em alta de 3,23% no dia e renova máxima histórica

Impulsionado por notícias sobre privatizações, principal indicador da B3 já acumula alta de 27,46% em 2017

O índice Ibovespa – principal indicador da B3, a Bolsa paulista – atingiu ontem um novo recorde histórico ao fechar em alta de 3,23%, aos 76.762 pontos, na esteira de uma declaração feita na noite de segunda-feira pelo **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, sobre uma eventual privatização da Petrobrás. Com o resultado de ontem, a alta acumulada do Ibovespa em 2017 chega a 27,46%. Apesar de o próprio ministro ter ponderado que a privatização da estatal está “fora de cogitação” no governo Temer, mas que pode ser opção para um governo futuro, a bolsa reagiu com euforia. “Foi o suficiente para que o mercado especulasse, porque a declaração pode ser um indício de que a privatização da Petrobrás está sendo discutida”, explicou Roberto Indech, analista-chefe da Rico Investimentos. O “efeito Petrobrás” foi visto nas ações da própria estatal, que subiram 4,65% (papeléis ordinários) e 3,77% (preferenciais).

“Sempre que alguém do governo aborda a questão das privatizações o mercado reage bem, porque esse é um tema que os governos anteriores eram muito contrários. Hoje o mercado se agrada com sinais de que a agenda de privatizações está ativa”, disse Luis Augusto Pereira, analista da Guide. Ainda no campo das privatizações, a notícia de que o plano para a venda da Eletrobrás deverá estar pronto ainda neste mês – e não em 2018, como se esperava anteriormente – também ajudou as ações das elétricas. Eletrobras ON e PNB dispararam 6,13% e 7,10%, respectivamente. Essa onda de desestatização ajudou também os papéis do Banco do Brasil, que tiveram valorização de 4,06%. O setor bancário também avançou em meio a expectativas sobre redução de compulsório, embora o BC negue planos nesse sentido para este ano. Ao fim dos pregão, Itaú Unibanco PN teve alta de 3,43%, enquanto Bradesco ON e PN avançaram 5% e 4,3%, respectivamente.

Maiores altas. As maiores altas do Ibovespa, no entanto, ficaram com CSN ON (9,92%) e Usiminas PNA (9,76%). Ainda no setor siderúrgico subiram Gerdau PN (3,64%) e Metalúrgica Gerdau PN (5,44%). Segundo operadores, a recuperação da indústria automobilística impulsiona os papéis, principalmente das duas

primeiras, que produzem o tipo de aço utilizado pelas montadoras. A previsão da Fenabreve de crescimento das vendas de carros de passeio e utilitários leves subiu de 4,3%, conforme estimativa anunciada em julho, para 9,9% – se o número se confirmar, isso significará um mercado de 2,18 milhões de unidades. A entidade iniciou o ano com estimativa de expansão bem mais modesta, de 2,4%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Leilões de energia serão retomados em dezembro

Contratação de novas usinas será feita por meio de dois leilões; desde abril de 2016, distribuidoras não buscavam mais energia por conta da recessão.

Os leilões para contratação de novas usinas devem acontecer nos dias 18 e 20 de dezembro, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As licitações vão escolher empreendimentos para entregar energia a partir de 2021 e 2023. Serão os primeiros leilões de energia nova a serem realizados desde abril de 2016. Desde então, as distribuidoras não haviam declarado necessidade de contratação de novas usinas em razão da recessão, do aumento da conta de luz e da queda da demanda. No leilão A-4, marcado para 18 de dezembro, as usinas deverão começar a fornecer energia em 1º de julho de 2021. Poderão participar da disputa empreendimentos hidrelétricos e que gerem eletricidade a partir de fonte eólica, solar fotovoltaica e termoelétrica a biomassa. Essa licitação terá duas fases. Na primeira, as usinas serão selecionadas conforme a capacidade de escoamento da energia pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

Na segunda fase, os projetos serão escolhidos conforme a demanda pela energia. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 1.676 empreendimentos foram cadastrados, cuja potência totaliza 47.996 megawatts (MW). O prazo para conclusão do empreendimento é de quatro anos. No leilão A-6, marcado para 20 de dezembro, serão contratadas usinas que deverão iniciar a operação comercial em 1º de janeiro de 2023. Poderão participar da licitação empreendimentos de fonte hidrelétrica e eólica, além de termoelétricas a biomassa, carvão e gás natural. De acordo com a EPE, 1.092 empreendimentos foram cadastrados, que totalizam 53.424 MW de potência. Nesse leilão, os projetos são de maior porte. Por isso, há um prazo maior, de seis anos, para concluir as obras e entregar os empreendimentos. Por essa razão, a Aneel decidiu propor que seja vetada a participação de empresas e integrantes de grupos econômicos com desempenho insatisfatório na gestão de empreendimentos de energia ou com penalidades imputadas. Exigências.

A Aneel vai exigir comprovação de capacidade financeira para usinas que tiverem potência acima de 300 MW, como financiamento aprovado ou capital. Nos últimos anos, problemas financeiros levaram ao atrasos e cancelamentos de diversas usinas e linhas de transmissão importantes. Um desses exemplos é o da usina termoeletrica Rio Grande, do grupo Bolognesi. Ontem mesmo, a Aneel decidiu revogar a autorização para a construção da usina. A empresa tentava vender o projeto para o grupo americano New Fortress Energy. A usina foi leiloada em 2014 e deveria ficar pronta em 2019, mas nem a licença de instalação foi obtida até agora. A térmica, a gás, teria potência instalada de 1,238 mil megawatts (MW) e seria instalada no Rio Grande (RS). O leilão A-6 terá duas fases. Na primeira, hidrelétricas com capacidade acima de 50 MW serão contratadas compulsoriamente. Na segunda, disputarão as demais fontes, conforme a demanda.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Ana Pompeu

Título: Nota

» **click.** Depois de participar de audiência sobre mineração, o governador de Minas, Fernando Pimentel, almoçou com a bancada do Estado na Câmara dos Deputados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor:

Título: Nota

» **Não pode.** Os acionistas minoritários da Braskem, liderados pela Geração Futuro L. Par, entrarão, provavelmente até o fim desta semana, com uma reclamação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), contra o voto proferido pela Petrobrás, que possui 47% do capital votante da petroquímica, em favor da recompra da Cetrel, hoje pertencente à Odebrecht - também do bloco de controle. O argumento é de que a estatal não poderia ter votado por ser parte relacionada, já que é signatária do acordo de acionistas da Braskem. Dessa forma, a compra deveria ser desfeita.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: RENCA

painel do leitor

Está errada a informação segundo a qual o presidente Michel Temer "prometera à modelo Gisele Bündchen numa rede social não editar o decreto" (sobre a Renca). Isso nunca ocorreu.

Como uma simples consulta ao Google esclareceria, a troca de mensagens com a modelo brasileira se deu sobre outro assunto. Em 13 de junho, depois de ser citado nominalmente em dois tuítes de Gisele Bündchen, nos quais pedia o veto às mudanças feitas no Congresso aos limites da Floresta de Jamanxim, o presidente comunicou a ela e à ONG WWF que havia "vetado integralmente todos os itens das MPs que diminuía a área preservada da Amazônia." Nesse episódio, ao contrário do que diz a **Folha**, o presidente atendeu a uma reivindicação de ambientalistas.

A reportagem também omite de seus leitores a origem política do movimento 342, que, como indica o número, refere-se ao quórum de 3/5 da Câmara exigido para afastar um presidente. Nascido em julho num enclave abastado da zona sul do Rio de Janeiro, o 342 promoveu, sem sucesso, uma campanha contra o presidente Temer.

Com os mesmos propósitos políticos, o 342 infelizmente usou e abusou da popularidade de seus integrantes para desinformar os brasileiros sobre os reais efeitos do decreto da Renca, que, como eles sabem, nunca significou o fim da proteção de reservas ambientais e indígenas, mas tão somente a possibilidade de retomada de pesquisas sobre o potencial mineral fora das reservas, com vistas à inibição do garimpo ilegal e desenvolvimento sustentável da população local.

MÁRCIO DE FREITAS, secretário especial de Comunicação Social da Presidência (Brasília, DF)

NOTA DA REDAÇÃO - O texto foi corrigido e uma errata foi publicada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: colunistas

Autor: Por Mauro Zafalon

Título: Mudanças no setor de açúcar trazem emoções ao mercado, afirma banco

A safra mundial de açúcar de 2017/18 vai trazer muita emoção ao mercado. Várias coisas afetaram o setor nas últimas semanas, e ainda estão sendo analisados os efeitos delas.

Entre elas, estão furações em países produtores na América Central e do Caribe, liberação de importações pela Índia a taxas menores e safras maiores em várias regiões. Além disso, houve alteração nas taxas de tributos nos combustíveis no Brasil.

As informações são do Rabobank, instituição financeira dedicada ao setor de agronegócio. O banco prevê um superavit de 4,5 milhões de toneladas entre produção e consumo mundiais.

O Brasil, líder mundial na produção de cana-de-açúcar e de açúcar, impôs novas taxas nos combustíveis, melhorando a paridade do etanol em relação à gasolina. O governo brasileiro impôs por dois anos uma taxa de 20% a todo etanol importado que superar 600 milhões de litros por ano.

A União Europeia deverá produzir mais —podendo atingir 20,5 milhões de toneladas de açúcar em 2017/18. Com isso, pelo terceiro ano seguido, reduzirá as importações e poderá exportar mais.

A moagem de cana na Austrália deverá ficar 7% abaixo da de 2016/17, mas a produtividade da cana deverá ser melhor.

A China, tradicional importadora, também terá uma safra melhor, podendo atingir 11,5 milhões de toneladas, acima dos 10,5 milhões de 2016/17, segundo o banco.

Nos Estados Unidos, os efeitos dos dois furacões que afetaram a região produtora de cana ainda estão sendo analisados. O mesmo ocorre nos países caribenhos.

A conjugação desses efeitos vai refletir sobre os preços de mercado. Nesta terça-feira (3), o primeiro contrato esteve em 14,04 centavos de dólar por libra-peso em Nova York.

*

À espera - A Embrapa e o Ministério de Agricultura elaboraram uma lista com 20 pragas agrícolas que rondam o país. Se chegarem, poderão atacar culturas como milho, soja, mandioca, batata, arroz e várias frutas.

Lista longa - Atualmente já são 500 pragas quarentenárias —entre fungos, insetos, bactérias, vírus, nematoides e plantas daninhas— que estão ausentes do país, segundo a Embrapa. A ameaça é constante.

Mandioca - O clima quente e seco de setembro prejudicou a produção de mandioca. Com isso, a menor oferta da raiz fez o preço da tonelada subir para R\$ 599 na semana terminada em 29 do mês passado. É o maior valor da série de preços do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Oferta - A seca fez com que a quantidade de matéria-prima processada recuasse 30% na última semana do mês passado, em relação ao período anterior. A ociosidade média da indústria esteve em 77% da capacidade instalada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Petrobras diz ter 19 projetos atrasados por indefinição nas regras de compras

O gerente executivo da Petrobras Fernando Borges afirmou nesta terça (3) que a empresa tem 19 projetos atrasados por indefinição sobre as regras de compras de bens e serviços no país.

Entre eles, estão três plataformas do campo gigante de Libra, uma para Sépia e outra para Búzios, na área conhecida como cessão onerosa.

A mudança nas regras foi debatida na manhã desta terça na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), em audiência pública que discutiu proposta de estender para contratos assinados a partir de 2005 os índices de compras no Brasil estipulados pelo governo Temer em março.

A proposta opõe as petroleiras e os fabricantes de equipamentos submarinos para o setor de petróleo às indústrias naval, siderúrgica e de máquinas, que ameaçam ir à Justiça caso a ANP implemente as mudanças.

A ideia da ANP é que todos os contratos assinados desde 2005 possam optar por percentuais menores de compras no país, sob a alegação de que o modelo vigente, que define índices para uma lista de equipamentos, cria incerteza jurídica e paralisa investimentos.

Até o momento, a agência já aplicou multas de R\$ 600 milhões por descumprimento dos índices e recebeu 230 pedidos de isenção de seu cumprimento com alegações de preços excessivos ou falta de fornecedores nacionais.

De acordo com o IBP (instituto que reúne as petroleiras), de 23 descobertas feitas nos contratos a partir de 2005, apenas uma está sendo desenvolvida —o campo de Tartaruga Verde, da Petrobras. As outras dependem de definição sobre as regras.

Entre os projetos atrasados da estatal, está a primeira plataforma de Libra, no pré-sal, que teve a primeira licitação iniciada em 2015, mas cancelada sob o argumento de que o preço ficou 50% acima do projetado.

Em 2016, a empresa e seus sócios (Shell, Total e as chinesas CNOOC e CNPC) lançaram outro edital, com possibilidade de construção da unidade no exterior, mas o processo está suspenso por liminar obtida pelo Sinaval (Sindicato da Indústria de Construção e Reparo Naval).

O processo espera resposta da ANP para pedido de isenção dos compromissos de compras no Brasil, que permitiriam contratar parte da unidade no exterior.

ESTOQUE

O IBP calcula que há hoje R\$ 240 bilhões em investimentos parados. "Vamos permitir que o estoque de projetos existentes tenha possibilidade de desenvolvimento ou vamos deixar este estoque na gaveta", questionou o secretário geral da entidade, Antônio Guimarães.

Entre a sétima rodada de licitações (em 2005) e a 13ª (em 2015), os índices de conteúdo local se situaram entre 55% e 65%, com a observação de indicadores específicos para determinados equipamentos.

Para a 14ª rodada, o governo Temer reduziu os índices para 18% na fase de exploração, 25% na construção de poços, 40% para equipamentos submarinos e 25% para plataformas.

Para parte dos fornecedores, porém, estender esses percentuais para contratos já assinados representaria quebra de contrato. "É ilegal e prejudica toda a indústria nacional", disse Daniela Santos, do Sindicato da Indústria de Construção e Reparo Naval (Sinaval).

Eles alegam que o compromisso com compras no país motivou investimentos em ampliação da capacidade produtiva, que agora perderão clientes. Em conjunto com a Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) e o Instituto Aço Brasil, ameaçam ir à Justiça questionar o processo.

Uma solução para o impasse pode ser a elevação dos indicadores relativos às plataformas para 40%, admitiu o Sinaval, com a possibilidade de construção de

cascos no Brasil. É nesta etapa que estaleiros e a indústria do aço têm mais oportunidades.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: LAÍS ALEGRETTI DE BRASÍLIA

Título: Governo estuda antecipar fim de todos os contratos de usinas da Eletrobrás

O ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, afirmou nesta terça-feira (3) que o governo quer enviar a modelagem de privatização da Eletrobrás ao Congresso em outubro.

Ele afirmou, ainda, que o governo do presidente Michel Temer estuda a possibilidade de antecipar o fim dos contratos de todas as usinas da Eletrobrás. A informação foi antecipada nesta terça pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

"Está sendo estudado com a equipe econômica", disse o ministro, ao ser questionado sobre o tema após audiência pública no Senado, sem dar detalhes. Em setembro, depois de enfrentar resistência de parlamentares, o ministro enviou uma carta a líderes partidários no Congresso para tentar conquistar apoio à proposta de privatização da Eletrobrás. No texto, o ministro defende a operação, afirma que a empresa "está drenando recursos públicos" e aponta que os passivos da companhia somam valores que superam os R\$ 100 bilhões.

O governo acredita que não precisará do aval do Congresso para autorizar a privatização em si, mas será necessário alterar uma legislação para permitir o processo de descotização da Eletrobrás.

"Dentro dessa modelagem que está sendo estudada, as usinas em poder da União que têm contrato de operação e manutenção com algumas vinculadas do sistema Eletrobrás, ao serem ofertadas pela empresa, e ela optando por ficar com as empresas, aí sim elas terão novo contrato de 30 anos a partir da adesão como produtor independente de energia", lembrou o ministro.

PETROBRAS

O ministro afirmou que está "fora de cogitação" a privatização da Petrobras. Ele disse que essa discussão "poderia até acontecer no futuro", mas respondeu que isso não ocorrerá no governo do presidente Michel Temer. "Não estamos tratando disso. Estamos tratando de Eletrobrás."

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Paulo Silva Pinto e Antonio Temóteo**Título:** Fim de cartel evita perda de R\$ 300 mi

Há três meses no comando do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato até 2021, Alexandre Barreto pretende concentrar esforços para coibir a formação de cartéis, sobretudo em licitações públicas. Para o presidente da autarquia, a prática é a mais danosa para a sociedade, já que traz prejuízos à coletividade e aos cofres públicos. A combinação de preços no mercado de combustíveis também é foco da atuação do órgão antitruste. Nas contas de Barreto, após a intervenção nos postos do Distrito Federal, os brasilienses deixaram de pagar R\$ 300 milhões anuais, quando a Operação Dubai foi deflagrada, em novembro de 2015. Não há uma avaliação precisa do tempo de atuação do cartel. A principal empresa envolvida, a Cascol, foi condenada a pagar multa de R\$ 90 milhões, além de vender parte dos postos.

Funcionário do Tribunal de Contas da União (TCU) há 17 anos, Barreto é categórico ao afirmar que o Cade é capaz de se proteger de interferência externa ou de corrupção. A autarquia foi citada nas delações de executivos da JBS que teriam interesse em influenciar alguns julgamentos. “O Cade está blindado de ingerências políticas pelo próprio mecanismo de decisão interna. Com relação à Lava-Jato, é importante enfatizar que o conselho é um dos protagonistas da operação. Todos os programas de leniência, no âmbito da operação, foram firmados no Cade em parceria com o Ministério Público Federal (MPF)”, destaca. A seguir os principais trechos da entrevista concedida ontem ao CB.Poder, parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília.

O cartel dos combustíveis está de volta ao Distrito Federal? O que o Cade tem feito para coibir essa prática?

Temos no Cade um monitoramento constante de preços de combustíveis não só no DF, mas em todo o país. Existe uma série de filtros que foram criados na tentativa de perceber qualquer movimento de combinação ou coordenação de preços. No fim de 2015, o Cade fez uma intervenção muito forte no mercado do DF, em parceria com o Ministério Público do DF, inclusive com a nomeação de um interventor para a maior rede de combustíveis. E observou-se uma queda brusca nos preços dos combustíveis. E, mais importante, uma queda na margem de lucro.

Mas os preços voltaram a subir.

Passados alguns meses e uma série de fatores, os preços voltaram a subir gradativamente, porém continuamos a observar diferenças de margens. Nas últimas semanas, houve um aumento brusco, porém identificamos que isso

ocorreu pelo aumento de impostos sobre combustíveis. Não identificamos diferenças significativas de margens. Até o momento, podemos observar que não há indícios de que há formação de cartel no mercado de combustíveis do DF. O aumento de preço significativo foi decorrente, mais uma vez, de impostos. Há um trabalho de vigilância constante para evitar que a prática de cartel volte a acontecer.

Seria possível mensurar quanto os brasileiros economizaram após a intervenção do Cade no mercado de combustíveis?

Em função da intervenção que o Cade fez nos postos do DF no início do ano passado, final do ano retrasado, fizemos um cálculo. Nosso Departamento de Estudos Econômicos fez uma estimativa conservadora, e chegou a um resultado de cerca de R\$ 300 milhões ao ano de redução no preço do combustível. Ou seja, um benefício direto para o bolso do consumidor. Na prática, R\$ 300 milhões deixaram de ser apropriados pelas empresas e isso foi uma redução no preço dos combustíveis. Esse valor representou uma redução da inflação do DF de 0,1 ponto percentual de ordem geral. Esse é um exemplo que pode ser utilizado para representar como a prática de cartel pode ser extremamente danosa para o consumidor brasileiro.

Dá para estimar o valor do prejuízo do consumidor por ter pago a mais nos anos anteriores? Foram quantos anos pagando R\$ 300 milhões a mais?

Quando a gente fala em estimativas econômicas, sempre esbarramos em algumas dificuldades e limitações técnicas. Quanto maior o período de avaliação, mais se torna difícil essa avaliação técnica. Então, quando se fala em prejuízo já se entra em um terreno um pouco mais pantanoso. Porém, quanto a esse número de R\$ 300 milhões, está muito próximo do prejuízo que foi suportado pela sociedade, de uma forma geral. E esse é o número mais recente, é muito preciso. A estimativa, a extrapolação que fizemos para alguns anos para a frente, alguns anos para trás, chegamos a um número de R\$ 2 bilhões no prazo de cinco anos. Porém, insisto, quanto mais abrimos o espectro da avaliação, menos precisa se torna a estimativa. Esse número de R\$ 300 milhões está bem preciso e bem conservador, até.

Mas há risco de volta do cartel mesmo com as medidas tomadas pelo Cade?

Risco sempre há. Daí a necessidade de uma vigilância constante do Cade. Não só do Cade, como também do Ministério Público, da Polícia Federal e de órgãos de defesa do consumidor, com o exercício constante de verificação para evitar que haja um novo movimento de coordenação de preços. Isso não só no mercado de combustíveis, mas em todos os setores da economia.

Há suspeita de formação de cartel de combustíveis nos estados da Federação?

Há trabalhos em andamento. Eu não posso agora especificar em quais estados temos indícios ou não, até porque, se há indícios, ocorre a abertura de um

procedimento de investigação, um inquérito administrativo, e esse inquérito administrativo ocorre em sigilo até o momento em que possamos debelar o cartel, para proteger a própria investigação.

O senhor é servidor de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) e está na presidência do Cade há três meses. Como a experiência como auditor de controle externo pode ajudar a coibir práticas anticoncorrenciais?

Foram 17 anos de carreira no TCU antes de ser designado como presidente do Cade, posição que ocupo há três meses. Nesses 17 anos no tribunal, minha atividade diária foi em processos administrativos sancionadores, que são os mesmos processos analisados no Cade. Além disso, no tribunal, eu estive por quatro anos à frente da unidade responsável por controle de licitações e contratos em toda a administração pública federal, incluindo cartéis em licitações públicas. Esse é o crime mais danoso à sociedade quando se fala em infrações da ordem econômica. O crime de cartel, necessariamente, resultará em maiores preços e em piores serviços ao consumidor. Quando falamos em cartéis em licitações públicas, além de todos esses males, você tem um ataque direto aos cofres da União ou dos estados, aos cofres públicos.

Recentemente, o Cade desmontou um esquema de cartel de gás no Nordeste. Aqui em Brasília existe algum tipo de investigação nesse sentido?

Coincidentemente na mesma sessão em que julgamos o cartel de distribuição de gás GLP no Nordeste, que é feito de petróleo, também julgamos um caso similar no DF. Então, já houve essa investigação e condenação das distribuidoras de gás no DF.

Ou seja, havia cartel?

É um caso já julgado. Foi identificado o cartel, os participantes, aplicada a penalidade e esse ponto eu queria destacar porque é parte do processo do Cade. Tão importante ou mais importante que aplicar a punição é garantir que o caso não venha a acontecer novamente. A multa tem um caráter pedagógico, sem dúvida, mas mais importante do que isso são as determinações do Cade para que essas práticas cessem. Além disso, há o trabalho de acompanhamento posterior para evitar as práticas continuem a acontecer.

Mas no caso do cartel dos combustíveis, o senhor avalia que as medidas tomadas foram suficientes para coibir nova combinação de preços?

Bastante interessante o exemplo que tivemos aqui no DF. Vou endereçar justamente o ponto que você acabou de expressar: no caso do DF, houve investigação das empresas que praticavam o cartel, houve a confissão da empresa que era líder do cartel em um instrumento chamado termo de compromisso de cessação, no qual essa empresa se comprometeu a recolher aos cofres do fundo de direitos difusos algo em torno de R\$ 90 milhões, se comprometeu a não praticar os atos de cartel novamente. Houve uma

imposição de desinvestimento, ou seja, de venda de alguns postos de combustíveis, justamente com o objetivo de reduzir o tamanho dessa maior rede de postos.

O Cade está blindado contra ingerências políticas, já que atua contra o interesse de grandes grupos econômicos que fazem lobby em Brasília?

Sim, o Cade está blindado de ingerências políticas pelo próprio mecanismo de decisão interna. Com relação à Lava-Jato, é importante enfatizar que o conselho é um dos protagonistas da operação. Todos os programas de leniência, no âmbito da Lava-Jato, foram firmados no Cade em parceria com o Ministério Público Federal (MPF). Todos os casos são de cartéis em licitações públicas identificados no âmbito do Cade. Houve uma questão muito específica na qual foi envolvido o nome do Cade e, ao final de investigações profundas, conduzidas pela Procuradoria-Geral da República, chegou-se à conclusão de que não houve no Cade nenhum ato praticado para beneficiar nenhuma pessoa.

Mas, em outros órgãos colegiados verificaram-se casos muito graves de corrupção. O senhor acha que o fato de ser uma decisão colegiada é uma salvaguarda forte contra a corrupção?

Sim. E, além da decisão colegiada, posso citar outras características que são próprias do Cade e que, na minha opinião, protegem muito a decisão tomada pelo conselho no sentido de ser transparente, republicana e impessoal. Há participação em todo o processo do Cade, necessariamente, de um técnico concursado. Essa instrução será submetida a um coordenador que vai verificar o trabalho realizado e dar o seu parecer. Depois, esse processo passará pela mão do superintendente, que vai dar o aval geral do parecer. Daí haverá o sorteio de um conselheiro relator, que vai levar o caso para julgamento em plenário, no colegiado. Qualquer decisão estará vinculada, estará acompanhada de uma série de pareceres ao longo do processo. Além disso, há participação da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal (MPF) no processo, que têm assento no plenário do Cade. Dos órgãos que eu conheço, posso garantir que o Cade é o mais transparente e democrático na Administração Pública Federal.

Temos agora uma polêmica em relação à possibilidade de fim de algumas marcas de chocolate que está causando comoção nas redes sociais. Algumas marcas serão extintas?

Não. Acho que há uma desinformação sobre esse caso específico. Devo dizer, aliás, que esse é um caso que está hoje em apreciação no Cade. Há um acordo sendo negociado entre o Cade e a Nestlé, e, pelo fato de estar em processamento, os termos são sigilosos. Então, a gente não pode abrir os termos do acordo. Porém, falando em tese, qualquer processo de concentração, qualquer processo de fusão e incorporação entre duas ou mais empresas que leve uma concentração excessiva de mercado, uma formação de poder excessiva em

relação aos concorrentes, pode levar o Cade a adotar um dos remédios possíveis, que é a imposição de desinvestimento de alguns ativos. Desinvestimento, entretanto, não significa fechar fábricas ou deixar de vender marcas, porque dessa forma não se atingiria o fim que se pretende, que é aumentar a concorrência. Se são retiradas marcas do mercado, vai se reduzir a concorrência. Só que, por vezes, o Cade determina que determinados ativos, fábricas, marcas, produtos sejam vendidos para outro fabricante, para um concorrente.

Existem essas polêmicas que vêm à tona relacionadas ao consumidor, mas existem também as polêmicas dentro do próprio governo. Já tramita no Judiciário um processo para tratar sobre a quem compete analisar os atos de concentração do sistema financeiro, ao Banco Central ou ao Cade. Qual avaliação do senhor sobre esse tema?

Essa é uma discussão que vem de 30 anos. A lei que estabelece as normas para o Sistema Financeiro Nacional realmente dá competência ao Banco Central em vários aspectos relacionados à regulação do sistema financeiro, questões concorrenciais e instituições financeiras. E a Lei de Defesa da Concorrência no Brasil, que instituiu o Cade, estabelece a competência geral ao conselho. Ao longo dos últimos anos, essa duplicidade do comando legal levou a um certo enfrentamento entre as duas instituições. Porém, nos últimos anos, temos verificado uma atuação cada vez maior e mais consonante entre Banco Central e Cade. Logo que assumi, procuramos a diretoria do Banco Central para externar essa preocupação. Porque, afinal de contas, hoje, temos um sistema em que há uma dupla verificação, feita tanto pelo Cade quanto pelo Banco Central com prejuízo para a sociedade de uma maneira geral, com aumento do imposto no Brasil, com aumento de insegurança jurídica. E o nosso diagnóstico é de que, neste momento, não há o que se pensar em termos de Cade ou em termos de Banco Central, e sim pensarmos no Brasil. Em face disso, houve um compromisso para que disciplinemos, ordenemos, criemos maneiras de atuarmos de maneira conjunta e coordenada. Esses trabalhos estão em andamento e temos a expectativa de que, até o fim do ano, nós tenhamos essa solução resolvida.

“A multa tem um caráter pedagógico, sem dúvida, mas mais importante do que isso são as determinações do Cade para que essas práticas cessem”

“Temos no Cade um monitoramento constante de preços de combustíveis não só no DF, mas em todo país.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Petrobras: ministro gera polêmica

A especulação sobre uma possível privatização da Petrobras provocou repercussão enorme ontem, inclusive no mercado de capitais. Mesmo após o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, assegurar que o governo não cogita vender a petroleira e que está focado na desestatização da Eletrobrás, a discussão tomou força e desencadeou manifestações de sindicatos em defesa das estatais. Na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), as ações das duas empresas dispararam. As ordinárias (ON) da Petrobras subiram 4,65% e as preferenciais (PN), 3,77%. Os papéis da Eletrobrás saltaram 5,40% (ON) e 7,22% (PN1).

O estopim foi uma frase do ministro Coelho Filho, durante entrevista a um programa de TV, na segunda-feira à noite. Convidada, a economista Elena Landau, ex-conselheira da Eletrobrás, indagou por que o governo não aproveitava o momento positivo, de maior aceitação da venda da estatal de energia, para incluir a Petrobras no plano de desestatização. Em resposta, o ministro admitiu que a discussão sobre a privatização da petroleira seria necessária no futuro.

Ontem pela manhã, ao deixar uma audiência pública no Senado, Coelho Filho negou que o governo estude privatizar a Petrobras. “Um dos convidados do programa é que afirmou que seria um caminho a ser seguido. Eu disse que estava fora de cogitação. Realmente, eu disse que a privatização da Petrobras poderia acontecer no futuro, quando foi sugerido que deveria ser um debate para as eleições de 2018”, reconheceu. “Mas não estamos pensando em modelos, nada disso. Não estamos tratando de Petrobras. Estamos focados na Eletrobrás.”

Sobre a Eletrobrás, o ministro afirmou que a modelagem da privatização está avançada. “Vamos levar a proposta ao presidente Michel Temer até o fim da próxima semana e apresentá-la ao Congresso ainda em outubro”, destacou, ao deixar o evento no Congresso antes do término, para viajar a Londres na companhia do presidente da Petrobras, Pedro Parente, o que suscitou mais especulações.

Ao Correio, Elena Landau defendeu sua opinião. “Eu realmente comentei que a discussão sobre a venda da Petrobras teria que ser aberta e começar logo. Não se sabe que (tipo de) governo vai assumir após as eleições. Há populistas na disputa, e corre-se o risco de retroceder tudo o que se avançou”, disse. “A

Petrobras está reduzindo o endividamento, os leilões estão trazendo gente nova para investir. O governo deveria aproveitar este momento para privatizar a Petrobras também”, reforçou.

Ao comentar as manifestações contrárias à venda de estatais, Elena avaliou que não são promovidas pelo cidadão comum. “Quem faz os protestos são os sindicatos e os políticos, que protegem o direito de usar politicamente a companhia para garantir cargos para suas indicações”, afirmou. “A única forma de proteger o patrimônio é a privatização”, defendeu.

O mercado mostrou sua opinião ao fazer o Ibovespa, principal índice da B3, bater mais um recorde, puxado pelas ações das duas estatais. Para o ex-presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec) Robson Pacheco, a animação do mercado é baseada na expectativa sobre o preço dos ativos. O especialista defende a privatização da Eletrobrás, mas não a da Petrobras.

“A privatização é sempre uma caixa-preta. A da Vale teve resultados bons, mas foi subavaliada, vendida por 10% do que valia. Deu certo, porque pegou um período de expansão da economia mundial. E caiu na mão de gestores profissionais”, observou. Outras empresas do setor elétrico, segundo ele, não tiveram tanto êxito. “A Light não gerou investimento nenhum. Tinha programa de fazer rede elétrica subterrânea e nunca investiu, porque o benefício é para o cidadão e não para o acionista”, avaliou.

Sobre a reação do mercado, Pacheco disse que é pura especulação e que o benefício, em geral, é de curto prazo. “Pessoalmente, no caso da Petrobras, considero uma vulnerabilidade muito grande a privatização, porque a empresa é referência mundial, com nível técnico altíssimo. Já a Eletrobrás, como holding, não gera o que poderia, e existem concorrentes com maior eficiência”, opinou.

“Eu disse que a privatização da Petrobras poderia acontecer no futuro, quando foi sugerido que deveria ser um debate para as eleições de 2018. Mas não estamos pensando em modelos, nada disso”

Fernando Coelho Filho ministro de Minas e Energia

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Vera Batista

Título: Sindicalistas protestam no Rio

Os atos em defesa das empresas públicas e da soberania nacional, realizados ontem por federações de trabalhadores, centrais sindicais e movimentos

sociais, ganhou força com a declaração do ministro de **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, de que a discussão sobre a venda da Petrobras poderá ocorrer no futuro. “Acho que vai acontecer, é um caminho, mas não dá para tocar todas as agendas”, disse o ministro, em um programa de TV, na segunda-feira à noite.

De acordo com a assessoria do ministério, Coelho Filho somente comentou que a prioridade, agora, é a venda da Eletrobrás. “A da Petrobras pode acontecer, mas não estamos tratando disso.” A Petrobras não quis comentar o assunto. Para o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, a declaração não surpreendeu. “É o papel do ministro. Ele apenas deu satisfação ao mercado. A privatização já começou, com a entrega de campos de petróleo”, avaliou.

Na maioria das empresas do grupo Eletrobrás (Eletronorte, Chesf, Furnas), funcionários cruzaram os braços, segundo Paulo Bonfim, presidente da Associação dos Empregados da Eletronorte (Aseel). “É uma questão estratégica que está em debate”, disse. O presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Pedro Tabajara Blóis Rosário, afirmou que a Celg, distribuidora de energia em Goiás, vendida à italiana Enel, demitiu 800 trabalhadores, e criticou a presença de estrangeiros no leilão de usinas da Cemig, na semana passada. “Duas hidrelétricas foram para a Engie (capital francês) e outra para a State Power (chinesa)”.

Segundo os organizadores, mais de 10 mil pessoas, entre petroleiros, portuários, eletricitários, bancários, professores, urbanitários, metalúrgicos e engenheiros se reuniram no Rio de Janeiro para protestar contra as privatizações. O ato começou às 11h, em frente à Eletrobrás, com caminhada até a Petrobras e o BNDES, onde o ex-presidente Lula discursou. Ele disse ter “orgulho da Petrobras” e afirmou: “lutem o quanto quiserem, mas eu vou voltar para recuperar a autoestima do país e continuar com a geração de emprego”. Em outros estados, houve manifestações pontuais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Norte e Nordeste querem ficar com todas as cotas do etanol

Os usineiros das regiões Nordeste e do Norte defenderam que são os únicos do setor produtivo brasileiro que devem ocupar as cotas de exportação de etanol para a União Europeia, que está sendo debatida entre o bloco e o Mercosul, como determina a legislação.

Pela Lei 9362, de 1996, o acesso a mercados preferenciais - ou seja, com cotas de importação com tarifas reduzidas ou sem tarifas - de produtos derivados da cana-de-açúcar deve ser atribuído ao Norte e Nordeste. A justificativa é que, garantindo mercados a essas regiões, fomenta-se seu desenvolvimento socioeconômico.

Porém, nos debates diplomáticos que estão em curso, a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul, tem feito fortes críticas à proposta agrícola dos europeus, que estão avaliando propor uma cota de 600 mil toneladas de etanol com taxas menores.

A proposta da União Europeia feita em 2004 era de uma cota de 1 milhão de toneladas. Na semana passada, a entidade divulgou uma nota reclamando do volume que seria proposto.

Segundo Renato Cunha, presidente do Sindaçúcar de Pernambuco e vice-presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, a entidade representante do Centro-Sul tem feito críticas à possível proposta da UE sem discutir com os representantes do Norte e do Nordeste, que são os diretamente envolvidos no assunto. "Acho um equívoco e até um certo amadorismo desconhecer a lei do Brasil", afirmou Cunha.

Diferentemente da posição mais veemente da Unica contra a nova proposta, o presidente do Sindaçúcar/PE evitou dar uma opinião sobre a cota que os europeus acabaram propondo e disse que as discussões ainda estão "muito no início".

"Temos que ter calma para ver como fica a discussão sobre as outras commodities", afirmou Cunha, lembrando que o açúcar também deve entrar no debate de cotas. Procurada, a Unica não comentou o tema.

Atualmente, as usinas do Norte e Nordeste têm acesso a uma cota de 412 mil toneladas de açúcar para a União Europeia.

Segundo ele, o Itamaraty procurou os produtores da região desde o início das discussões sobre o acordo entre os dois blocos e que tem debatido o tema com os diplomatas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Consumo de energia

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) informou que o consumo de energia no país atingiu 37.583 GWh em agosto, queda de 0,1% ante agosto do ano passado. A queda foi puxada pelo setor comercial, no qual o consumo de energia passou de 6.750 GWh em agosto do ano passado para 6.712 GWh em agosto deste ano, recuo de 0,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: ANP habilita 16 empresas para licitações de áreas do pré-sal

Apenas duas empresas brasileiras, de um total de 16, foram habilitadas a participar das 2ª e 3ª rodadas do pré-sal, marcadas para dia 27. Segundo relação divulgada ontem pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), as brasileiras aptas a participar dos leilões são a Petrobras e a OP Energia, subsidiária da Ouro Preto Óleo e Gás, petroleira do empresário Rodolfo Landim, ex-presidente da OGX (atual Dommo Energia) e BR Distribuidora.

Para a 2ª rodada, foram habilitadas, além da Petrobras e da OP, as americanas ExxonMobil e Chevron, a portuguesa Petrogal, a norueguesa Statoil, a francesa Total, a sino-espanhola Repsol Sinopec, a anglo-holandesa Shell e a malaia Petronas.

A 2ª rodada ofertará áreas unitizáveis (áreas adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da área concedida) de Gato do Mato, Carcará, e Sapinhoá (Bacia de Santos) e Tartaruga Verde (Bacia de Campos).

Dessas empresas, oito (Petrobras, ExxonMobil, Petrogal, Petronas, Shell, Statoil, Total e Chevron) também estão habilitadas para a 3ª rodada, que ofertará áreas relativas aos prospectos de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste (Bacia de Santos) e Alto de Cabo Frio-Central (Bacias de Campos e Santos). Além delas, também estão aptas a participar do terceiro leilão as chinesas CNODC e CNOOC, a espanhola Repsol, a colombiana Ecopetrol, a QPI, do Catar, e a britânica BP.

Segundo a ANP, uma companhia previamente inscrita para participar dos leilões desistiu de dar continuidade ao processo.

A Petrobras exerceu o direito de preferência, para ter participação de 30%, nas áreas de Sapinhoá, da segunda rodada, e Peroba e Alto de Cabo Frio Central, da

terceira. Considerando essas áreas, a Petrobras terá que desembolsar R\$ 810 milhões em bônus de assinatura.

Das oito áreas que serão ofertadas nos dois leilões, seis delas têm volume de estimado de óleo "in place" (no local) de pelo menos 12,1 bilhões de barris de petróleo, segundo estimativa da ANP.

O volume total não se traduz em reservas, pois a maior parte desses recursos não é extraída dos reservatórios por inviabilidade econômica. Estima-se que o volume de reservas seja de pelo menos 20% do total. A agência não apresentou estimativas de recursos petrolíferos para áreas de Alto de Cabo Frio Central e Oeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Roberto Castello Branco

Título: Reformas e privatização

A literatura econômica sobre reformas estruturais sugere que sua realização é mais provável diante de recessões prolongadas e altas taxas de desemprego. Exemplos clássicos foram o Reino Unido nos anos 80 e a América Latina na década seguinte, ambos após períodos de sérios problemas econômicos.

Grandes recessões parecem convencer a sociedade sobre a necessidade de mudar o regime de política econômica. Ao mesmo tempo, grupos de interesse, beneficiários do status quo, tendem a se enfraquecer ao ficar claro que suas propostas não geraram prosperidade, exceto para eles próprios.

A recessão de 2014-2017 e as elevadas taxas de desemprego - tendo como pano de fundo o crescimento medíocre do PIB real per capita entre 1980 e 2016, de apenas 0,9% ao ano, e a descoberta de um processo de corrupção sistêmica - produzem ambiente propício à implementação de reformas.

Evidentemente, a venda de reformas para a sociedade não costuma ser fácil. Uma das razões é que seus benefícios, até por serem às vezes indiretos, não costumam ser tão claros quanto são para boa parte dos economistas.

A equipe econômica faz, por exemplo, grande esforço para viabilizar a reforma da Previdência Social a partir do correto argumento de que a situação atual é insustentável do ponto de vista fiscal. Contudo, isso tem esbarrado na visão predominante entre nossos políticos (e em parte da sociedade) de que os recursos são infinitos. Não reformar a Previdência é também sancionar privilégios na medida em que a aposentadoria média no setor público -

defendida por corporações - varia de seis (Poder Executivo) a 23 vezes (Poder Legislativo) o valor médio recebido por dezenas de milhões de aposentados no INSS.

Todavia, mesmo um governo politicamente fraco e com integrantes acusados de corrupção tem sido capaz de promover mudanças importantes, como o teto dos gastos, a reforma trabalhista, a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), alguma flexibilização na regulação do petróleo e planos para concessões de infraestrutura e privatizações.

De maneira semelhante à "operação abafa" da Lava-Jato, a aliança entre corporações e políticos populistas/corruptos, que caracteriza a Velha Política, tenta bloquear as reformas econômicas.

Estatais têm como meta a maximização de poder e não a dos lucros. Não há estímulos para que persigam a eficiência

A oposição à TLP refletiu essa coalizão, ao unir corporações e senadores do PSDB e PT. O anúncio de privatização da Casa da Moeda provocou entre os defensores do Estado-empresário a confusão entre o papel do Banco Central e o de uma gráfica ineficiente, enquanto que a intenção de privatizar a Eletrobras deu origem a movimentos liderados por políticos populistas em "defesa" de Furnas e Chesf.

Diferentemente de companhias privadas, as estatais possuem como objetivo a maximização de poder e não a maximização de lucros. Como consequência, não existem incentivos para que seus executivos persigam a eficiência.

O capital nelas investido é de propriedade da sociedade, porém substancial parcela do fluxo de caixa é apropriado pela Velha Política sob diversas formas - privilégios a corporações de servidores, cargos executivos por indicação de políticos, concessão de contratos sem concorrência, investimentos de baixíssimo retorno. Tudo isso dá a seus atores fortes incentivos para defender a intocabilidade das estatais, até sob o falso manto do nacionalismo. O processo de transferência de recursos para a Velha Política é justamente a principal fonte de desperdício de recursos da sociedade e de oportunidades potenciais para corrupção.

O Brasil possui enorme número de estatais, que segundo estimativas recentes chegaria a 442. Parcela majoritária desse montante é composta por firmas pequenas e médias, mas o grau de ineficiência resultante constitui-se em trava ao crescimento econômico no longo prazo.

Poucas empresas como a Embrapa se justificam como estatais. Muitas podem ser simplesmente extintas e outras tantas privatizadas. Por outro lado, devemos

ter em mente que o desinvestimento de ativos, embora concorra para estabilizar a relação dívida/PIB, não é substituto de cortes permanentes do gasto público, sob pena de no futuro virmos a nos defrontar com novos desequilíbrios orçamentários.

A privatização é reforma a ser executada ao longo de vários anos a partir de diretrizes estratégicas claramente definidas. A nosso ver, deve ter três prioridades: foco nas grandes estatais, como Petrobras e Correios, e em instituições financeiras e o emprego de ofertas públicas de ações para a venda de empresas, em lugar de leilões do controle acionário para grupos de investidores, modelo adotado nos anos 90.

O sistema financeiro desempenha papel central na alocação de recursos na economia, e a evidência empírica internacional aponta correlação positiva entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico. A presença de bancos públicos estabelece a ligação, produtora de distorções, entre o mundo político e as finanças. Esta deve ser quebrada se quisermos explorar o potencial do sistema financeiro como alavanca do desenvolvimento econômico.

Nossa sugestão é privatizar os grandes bancos estatais (BB e Caixa), fechar os regionais e reduzir o tamanho e o escopo das atividades do BNDES. É fundamental a devolução ao Tesouro do restante dos recursos repassados no período 2007/2015, R\$ 400 bilhões, ao mesmo tempo em que o banco se restringiria ao financiamento de projetos com retorno social superior ao privado nas áreas já definidas em janeiro deste ano, com participação máxima de 50%.

Outras mudanças desejáveis são o fim do desastroso FI-FGTS e a oferta aos trabalhadores para, nos novos depósitos do FGTS, escolher entre continuar a receber TR mais 3% ao ano ou ter uma conta de investimento administrada por instituições financeiras privadas.

Finalmente, cabe perguntar sobre o que produz maiores retornos sociais: manter bilhões de reais alocados em atividades que podem ser desempenhadas de forma mais produtiva pela iniciativa privada ou em investimentos em educação, saúde e segurança pública?

Roberto Castello Branco é pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da FGV e Professor afiliado da FGV-EPGE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Arbitragem coletiva contra Petrobras pode chegar a R\$ 20 bi

A "arbitragem coletiva" aberta por investidores contra a Petrobras na Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), da B3, tem o potencial de pleitear até R\$ 20 bilhões da estatal em indenizações, caso os principais fundos de pensão que já tiveram ações da companhia resolvam aderir ao processo.

O escritório de advocacia Modesto Carvalhosa entrou com o processo representando um grupo de investidores, mas aceitará adesões de quem negociou ações da companhia entre janeiro de 2010 e julho de 2015. A ideia é replicar, na medida do possível, a ação coletiva movida contra a estatal nos Estados Unidos, que representa investidores que negociaram ADRs da companhia no mesmo intervalo.

Até o momento, a ação, que é sigilosa, teve a adesão de mais de 200 investidores pessoas físicas e mais de 20 fundos de investimento, alguns deles com posição relevante na companhia. O **Valor** apurou que, juntos, eles calculam ter perdido cerca de R\$ 5 bilhões com ações da companhia no período. Esse prejuízo, diz o processo, foi causado por ações da Petrobras que violaram as leis do mercado de capitais, como atraso na publicação de balanços e divulgação de informações falsas ao mercado.

É o caso das vezes em que a Petrobras assegurou ao mercado que seguia "os melhores padrões de governança corporativa", ou negou que tivesse cometido fraude e outras atividades ilegais.

Outros investidores podem aderir ao processo até que os árbitros sejam definidos. Isso deve acontecer dentro de um ou dois meses. É o que os advogados estão chamando de "período para adesão."

A entrada dos fundos de pensão pode fazer com que a ação seja uma ameaça ainda mais relevante. As associações de pensionistas dessas entidades calculam que eles teriam direito à indenizações expressivas. No caso do Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, seria de R\$ 7 bilhões. A Previ, do Banco do Brasil, teria R\$ 5 bilhões. Já a Funcef, da Caixa Econômica Federal, mais R\$ 3 bilhões.

O processo pode crescer caso tenha a adesão do BNDES, que já demonstrou interesse no caso, segundo apurou o **Valor**.

Em evento ontem em São Paulo, o presidente do conselho da companhia, Nelson Carvalho, disse que, se a arbitragem for instalada, a estatal vai encará-la com "naturalidade".

Os grandes acionistas da Petrobras são os principais alvos dos advogados, mas investidores pessoas físicas que perderam montantes menores também podem aderir. É o caso daqueles que aplicaram o FGTS nas ações da estatal.

Além dos fundos de pensão, BNDES é outro acionista da estatal que pode aderir à arbitragem coletiva

Em relação aos grandes sócios, no caso do BNDES, pode haver algum tipo de conflito, por se tratar de entidade pública processando outra. O Petros, por sua vez, além de ter que processar seu patrocinador, teria outro obstáculo: seu presidente é Walter Mendes, que era membro independente do conselho da Petrobras em 2015, quando a estatal divulgou um novo plano de negócios.

Os fundos de pensão ainda não aderiram, mas várias associações de pensionistas estão exigindo que isso seja feito, em cumprimento ao dever de diligência dos administradores e gestores de fundos. A Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil na Bahia (AFABB-BA) disse ao **Valor** que enviou correspondências à presidência da Previ solicitando que o fundo se manifeste para recuperar perdas patrimoniais e financeiras com ações da Petrobras.

A AFABB-BA lembrou ainda que a Previ ingressou com um pedido de arbitragem contra a Sete Brasil no início deste ano.

Uma correspondência enviada por pensionistas do Petros à presidência da entidade também cobra um posicionamento e sugere à adesão à arbitragem.

Procurada, a Funcef disse que não comentaria. A Previ disse, por meio da assessoria de imprensa, não ter recebido um comunicado oficial, mas que segue atenta e vai avaliar a pertinência em aderir ao processo depois de ter acesso às informações da arbitragem. A Petros disse que não foi comunicada sobre a arbitragem. **(Colaborou Juliana Schincariol, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Processo tenta replicar ação coletiva dos EUA no Brasil

A "arbitragem coletiva" proposta contra a Petrobras foi a forma encontrada por investidores para tentar um ressarcimento das perdas obtidas com ações da estatal nos últimos anos, a exemplo dos processos já em estágio avançado nos Estados Unidos.

O **Valor** apurou que o escritório Modesto Carvalhosa foi procurado por investidores insatisfeitos com a falta de ressarcimento das perdas com ações negociadas no Brasil, enquanto aqueles que têm ADRs da Petrobras na Bolsa de Nova York (NYSE) são representados pela ação coletiva.

A situação se agravou depois que a Petrobras fechou acordos para encerrar 21 ações individuais de fundos de investimento nos Estados Unidos, envolvendo cerca de US\$ 448 milhões em indenizações. A estatal disse que isso não representa uma admissão de culpa, mas há um entendimento legal de que um gestor de patrimônio público (como é o caso da Petrobras, por ser estatal) não pode pagar sem o reconhecimento de culpa.

Desde que foram ajuizadas a ação coletiva e os processos individuais contra a Petrobras na Justiça americana, travou-se uma discussão a respeito do acionista brasileiro, que seria prejudicado duplamente. A primeira ao não poder buscar um ressarcimento, e a segunda quando a companhia paga indenizações no exterior - o que destrói valor da empresa.

A ação coletiva dos Estados Unidos tentou incluir aqueles que tivessem negociado ADRs e ações na B3 no processo, mas o tribunal americano decidiu excluir as ações da bolsa brasileira, por haver uma cláusula no estatuto da companhia determinando que disputas de acionistas precisam ser resolvidas por meio de uma arbitragem.

Além de uma ação civil pública, que precisa ser proposta por uma associação ou pelo Ministério Público, a arbitragem passou a ser a única alternativa dos minoritários da companhia. O procedimento necessário, porém, tem um custo mais elevado, o que acaba excluindo muitos acionistas pessoas físicas.

No caso da "arbitragem coletiva", da mesma forma que a ação coletiva da Justiça americana, o escritório Modesto Carvalhosa está financiando todos os custos do processo, e seus honorários serão limitados a um percentual de uma eventual indenização recebida pelos investidores.

Os fundamentos da arbitragem são semelhantes aos que sustentam a ação coletiva dos investidores dos Estados Unidos. Uma diferença é que os administradores da companhia não estão sendo processados.

O entendimento dos advogados do Modesto Carvalhosa é que a companhia, que se coloca como vítima dos atos de corrupção, teria que responder aos investidores. A Lei Anticorrupção, de 2013, ajuda a sustentar esse pleito, ao determinar que as "pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não."

O processo também se baseia nas regras gerais de responsabilidade civil previstas no Código Civil, e em leis que regulam o mercado de capitais, como a Lei 7.913, de 1989, que trata de indenizações aos investidores de danos causados por operações fraudulentas, manipulação de preços ou criação de

condições artificiais para operações. Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também ajudam a balizar o caso, como a 480.

Se bem sucedidos, os investidores serão os primeiros a conseguir reproduzir uma ação coletiva no Brasil. O recebimento de indenizações de pessoas jurídicas também não é comum no Brasil. Uma referência utilizada pelos advogados é uma decisão num caso de minoritários da antiga Rhodia-Ster (hoje M&G Políester), que pleiteavam indenizações por prejuízos por atos dos controladores. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu em agosto uma decisão favorável aos acionistas, com o pagamento de R\$ 6 milhões em indenizações.

Uma diferença fundamental em relação à ação dos Estados Unidos é que lá todos os que negociaram ADRs no período são automaticamente incluídos no processo. Aqui, só terão essa chance os que aproveitarem as próximas semanas para aderir à arbitragem proposta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Estatal contabiliza atrasos por exigência de conteúdo local

A Petrobras possui, atualmente, 19 projetos atrasados, devido a questões ligadas à política de conteúdo local, sobretudo às indefinições sobre o pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de nacionalização ("waiver"). A estatal já entrou com pedido de isenção dos compromissos assumidos nos contratos de Libra e Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos, mas ainda aguarda a resposta da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o avanço das discussões sobre a regulamentação do perdão, que movimenta um quente debate no mercado.

Enquanto as petroleiras saem em defesa da proposta de flexibilização da política de conteúdo local, membros da indústria fornecedora ameaçam judicializar o assunto, caso novos percentuais de nacionalização, mais baixos, sejam retroagidos para contratos vigentes. Pela proposta da ANP, as operadoras poderão optar pelos novos percentuais de nacionalização, mais baixos, sem o direito de recorrer ao perdão; ou permanecerem sujeitos aos índices de conteúdo local originalmente previstos nos contratos, mantendo o direito de pedir o perdão.

Segundo o gerente-geral de gestão de projetos em Libra, Fernando Borges, a Petrobras iniciou ainda em 2015 a contratação das plataformas de Libra e Sépia, mas ainda não conseguiu avançar com a contratação, porque os fornecedores

locais apresentaram preços 40% acima da expectativa e o pedido de perdão ainda não foi julgado.

"Se as novas regras [de conteúdo local] já estivessem vigentes, com certeza os projetos já estariam contratados", disse Borges, durante audiência pública sobre a regulamentação do 'waiver', na ANP, no Rio. "O conteúdo local é um grande perturbador do processo decisório", complementou.

A Petrobras defende que, sem o perdão, Libra não é viável. De acordo com a companhia, o valor da multa contratual pelo não atendimento das exigências de conteúdo local do projeto poderá atingir US\$ 630 milhões..

Segundo o site especializado E&P Brasil, 263 blocos exploratórios podem ser atingidos pelas mudanças nas regras do conteúdo local, válidas para contratos assinados a partir de 2005. A Petrobras, com 58 blocos, é a empresa mais afetada pela flexibilização da política de nacionalização.

O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) destaca que a proposta da flexibilização da política de conteúdo local é importante para destravar uma série de descobertas de óleo e gás que até hoje não saíram do papel, por falta de competitividade. De acordo com o IBP, de todos os contratos de concessão assinados desde 2005, apenas uma descoberta saiu do papel: Tartaruga Verde e Mestiça, na Bacia de Campos.

A proposta da ANP, no entanto, enfrenta resistência entre os fornecedores, embora não haja consenso nem mesmo entre os integrantes da indústria de bens e serviços. A Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), por exemplo, está alinhada e defende a proposta de flexibilização. "100% de conteúdo local de zero é zero. A ideia de estimular investimento tem sido nosso principal pleito", defendeu o presidente da Abespetro, José Firmo.

Representantes da indústria de máquinas e equipamentos (Abimaq), construção naval (Sinaval) e siderúrgicas (Aço Brasil), por sua vez, fazem oposição e ameaçam judicializar o assunto. As associações contestam a competência da ANP para modificar a política de conteúdo local e defendem que as mudanças propostas representam uma quebra de contrato.

"Muitas multinacionais se instalaram no país por causa da política de conteúdo local e vão ser prejudicadas. Elas poderiam estar vendendo a partir de suas matrizes, mas investiram e se financiaram para estar aqui", defendeu diretor de Petróleo e Gás da Abimaq, Alberto Machado.

As partes tentam chegar a um consenso, sobretudo, em relação aos percentuais mínimos de contratação no país. O Sinaval, por exemplo, defende um percentual mínimo de 40% para plataformas - ante os 25% propostos pela ANP.

Os fornecedores temem que, com a flexibilização da política de nacionalização, a indústria nacional perderá espaço na concorrência com asiáticos, devido ao chamado Custo Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Aneel e Bolognesi

A diretoria da Aneel aprovou a retomada do processo de revogação da concessão da termelétrica Rio Grande, do grupo Bolognesi. A retomada foi aprovada apesar do contrato assinado pelo grupo na última semana, vendendo o projeto para a americana New Fortress Energy. O voto do diretor Reive Barros, relator do processo na agência reguladora, recomendou que ele fosse retomado, pois não há expectativa de que será possível viabilizar a usina. A termelétrica, de 1,3 gigawatt (GW) de potência, deveria entrar em operação até 2019. A Bolognesi chamou de "absurda" a decisão. Em nota, o grupo gaúcho disse que a Aneel desconsiderou a existência da New Fortress, "um investidor habilitado e totalmente preparado para cumprir tempestivamente todas as exigências do órgão regulador". "Dada à flagrante ilegalidade do ato", a Bolognesi pretende apresentar os recursos cabíveis questionando a decisão assim que for notificada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Regra para corte de inadimplente volta ao STJ na próxima semana

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve retomar na próxima semana julgamento sobre regras para o corte de fornecimento de energia, por inadimplência do consumidor, mecanismo mais eficaz de recuperação de receita das distribuidoras. O tema é de vital importância para as companhias, pois, dependendo do entendimento da Justiça, as empresas serão impedidas de interromper o serviço nas situações em que clientes forem descobertos praticando furto ou fraude no consumo. Estima-se que o consumo irregular gera prejuízos anual entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões, cujo valor é rateado entre as próprias distribuidoras e os clientes adimplentes.

A polêmica gira em torno do julgamento de um recurso repetitivo, em que a decisão a ser tomada pelo STJ valerá para casos semelhantes em todo o país. De

acordo com norma da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a distribuidora pode cortar o fornecimento a consumidores com até 90 dias de inadimplência em relação à emissão da fatura. Após esse período, fica caracterizado o "débito pretérito", em que a companhia só poderá cobrar por vias ordinárias, sem direito de efetuar o corte.

O problema está nos casos em que a distribuidora identifica um furto ou ato de fraude no consumo ocorrido anteriormente e faz, em seguida, a cobrança formal ao cliente. Em seu voto inicial no processo, o ministro-relator Herman Benjamin entendeu que a distribuidora não pode cortar o fornecimento de energia desse consumidor, pois o ato de inadimplência teria ocorrido após o prazo de 90 dias. O voto de Benjamin foi acompanhado por três ministros.

Para o advogado Vitor Alves de Brito, do escritório Sérgio Bermudes, que representa a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a visão de Benjamin favorece um desvio de conduta, ao sinalizar que é menos grave furtar ou fraudar o consumo do que ficar inadimplente.

A esperança das distribuidoras recai agora sobre o voto do ministro Sergio Kukina, que pediu vista sobre o caso, sinalizando posição contrária à proibição do corte no fornecimento de energia. Como os votos anteriores ainda não foram publicados, a expectativa das companhias é que a visão de Kukina possa fazer com que os demais ministros revejam suas decisões. "Esperamos que esse parecer [de Kukina] seja racional", afirmou o presidente da Abradee, Nelson Leite.

Para as distribuidoras, o prazo em que é permitido interromper o fornecimento para incentivar o cliente a quitar sua dívida deve ser contado a partir da emissão da fatura, após identificada o furto ou a fraude, e não a partir da data do consumo irregular. De acordo com a Aneel, nos casos em que forem identificadas irregularidades no consumo, dependendo da situação, o corte é permitido em até 36 meses da emissão da cobrança.

Segundo Brito, não há "débito pretérito" enquanto não for descoberta a irregularidade no consumo. Só pode ser considerada a inadimplência, após a emissão da cobrança pela distribuidora.

Há outra preocupação da Abradee. Em seu voto, o relator reduziu o prazo para a efetuação do corte para 30 dias. Segundo Brito, esse prazo é inviável, pois o aviso de corte só pode ser feito no mês seguinte aquele em que foi caracterizada a inadimplência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Investidor pede e Vale muda boletim de voto na AGE**

A eleição de dois nomes independentes para o conselho de administração da Vale na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) marcada para o dia 18 transformou-se em um jogo de xadrez entre os acionistas que indicaram candidatos para as vagas. Em pouco mais de duas semanas, a Vale enviou, cancelou e retificou duas vezes o boletim de voto a distância (BVD) com os nomes dos candidatos para a AGE.

A reapresentação do boletim, autorizada pela Comissão Valores Mobiliários (CVM), atendeu, primeiro, pedido da Geração Futuro L. Par, que capitaneia com a Tempo Capital grupo de 12 investidores brasileiros que indicou dois titulares e dois suplentes para o conselho. Depois, a britânica Aberdeen Asset Management, que apontou duas candidatas, também pediu mudanças no BVD.

As mudanças no boletim criaram incertezas entre investidores. O boletim foi criado pela CVM justamente como forma de facilitar o voto de acionistas que, ao utilizar esse mecanismo, não precisam estar presentes na assembleia.

Na AGE do dia 18, os investidores têm o direito de pedir eleição em separado dos controladores para eleger pelo menos um conselheiro independente. Também está prevista eleição majoritária na qual votam donos de ações ordinárias (com direito a voto). Os sócios controladores da mineradora têm o direito de votar, mas não fica claro se irão fazê-lo. Para pedir eleição em separado, donos de ações ordinárias e preferenciais têm que se juntar somando 10% do capital social da companhia, o equivalente a 520 milhões de ações.

Depois das mudanças, o boletim ficou assim: Sandra Guerra, indicada pela Aberdeen, e Marcelo Gasparino, pela Geração Futuro e outros investidores brasileiros, vão concorrer na eleição em separado. Gasparino tem como suplente o francês Bruno Bastit. Na eleição majoritária, o boletim depois de reformulado ficou com a seguinte formatação: os candidatos são Isabella Saboya, pela Aberdeen, e Ricardo Reisen, apontado pela Tempo Capital e Geração Futuro. O suplente de Reisen é Marcio Guedes Pereira Junior.

Assembleia poderá ter duas eleições: uma em separado do controlador e outra majoritária

A formatação inicial do BVD, porém, era outra. Em 15 de setembro, a Vale publicou boletim no qual Gasparino disputaria a vaga na eleição majoritária

contra Sandra, Isabella e Ricardo. Em 20 de setembro, a Geração Futuro apresentou reclamação à CVM em que afirmou que tinha indicado Gasparino e Bastit para concorrer unicamente na eleição em separado. Depois de consultas à CVM, a Vale republicou o BVD no dia 27, tirando Gasparino da eleição majoritária.

No dia 28, foi a vez de a Aberdeen enviar ofício à Vale pedindo para retirar o nome de Sandra do boletim da eleição majoritária. A mineradora fez nova consulta à CVM, que autorizou a republicação. Sandra saiu do boletim da eleição majoritária, mantendo-se como candidata na eleição em separado.

Nada impede que, caso a eleição em separado dos controladores não ocorra, Sandra seja apontada na AGE para a disputa da eleição majoritária, embora seu nome não vá constar do boletim, o que tende a representar desvantagem em relação aos demais candidatos que estão inscritos no BVD. Em 13 de setembro, a Aberdeen havia enviado comunicado à Vale dizendo que caso não haja quórum para a eleição em separado, Sandra concorreria na majoritária.

Peter Taylor, chefe de renda variável da Aberdeen no Brasil, disse que o primeiro boletim refletia situação "simétrica" entre os candidatos, o que mudou com a republicação e a retirada de Gasparino da eleição majoritária. Criou-se situação segundo a qual investidores interessados em votar em Sandra poderiam dividir votos entre as eleições majoritária e em separado. Assim, mesmo que ela fosse a candidata mais popular, poderia acabar não se elegendo.

Essa situação resulta do fato de que o investidor que vota na eleição em separado não pode votar na eleição majoritária. Taylor considerou que houve "confusão" sobre o BVD, mas disse não ser culpa da empresa, mas da legislação sobre o voto a distância que não dá segurança aos investidores.

André Figueiredo, diretor de relações com investidores da Vale, disse que a empresa agiu de "boa fé" para que a eleição seja a mais disputada possível. "Estamos cumprindo a lei e as instruções desde o princípio porque nosso objetivo é que saiam dois candidatos independentes eleitos no dia 18 de outubro", afirmou. Ontem, a Geração Futuro tornou conhecido um Pedido Público de Procuração (PPP) para tentar atrair investidores para a AGE. A procuração traz somente os nomes de Gasparino e de Bastit e dá a opção ao investidor de votar a favor, contra ou de abster-se.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Usinas do Nordeste apostam em etanol

Ferrenhas defensoras da taxaço das importa  es de etanol neste ano, as usinas do Nordeste e do Norte esperam agora colher como fruto dessa pressão uma melhor remunera  o pela produ  o do biocombustível, que deverá crescer nesta temporada 2017/18 também impulsionada pela expectativa de uma rápida implementa  o do RenovaBio.

Algumas usinas do Rio Grande do Norte e da Paraíba começaram suas opera  es já em setembro, mas    nesta semana que as unidades de Pernambuco e Alagoas, que respondem por 66% da produ  o das duas regiões, estão começando a ligar as máquinas.

Desde que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) acatou a proposta de isentar de imposto de importa  o apenas uma cota de 150 milhões de litros por trimestre, taxando o excedente em 20%, as usinas passaram a trabalhar com um cenário mais previsível para o mercado, diz Renato Cunha, presidente do Sinda  ucar de Pernambuco, principal entidade do segmento nas regiões Norte e Nordeste.

O estabelecimento da cota, afirma, garantiu um limite para a oferta de etanol importado, o que impedir   que a região seja surpreendida com navios encostando no litoral com cargas e mais cargas do biocombustível a preços bem mais competitivos que os da produ  o local, como aconteceu ao longo da safra 2016/17. Antes do estabelecimento da cota, as usinas da região temiam uma repeti  o da prática neste novo ciclo.

Agora, o Sinda  ucar/PE estima que as usinas das duas regiões produz  r  o nesta safra 1,8 bilhão de litros de etanol, ante 1,6 bilhão de litros na safra passada - um aumento de 12,5%. Afora a taxaço, Cunha projeta essa alta também motivado pelo RenovaBio, que promete assegurar ainda mais previsibilidade para a participa  o do etanol na matriz energética brasileira. O programa, entretanto, ainda está parado na Casa Civil.

A maré mais "alcooleira" no Norte e Nordeste acompanha a recente tendência no Centro-Sul, onde as usinas passaram a ver mais vantagem em produzir etanol depois que o governo alterou as alíquotas de PIS/Cofins, o que melhorou a competitividade do biocombustível nos postos.

Se as usinas do Norte e do Nordeste mantiverem a aposta no etanol, poderão até se beneficiar de uma possível alta dos preços nos próximos meses, quando as unidades do Centro-Sul - que já têm um perfil mais alcooleiro - estarão em entressafra, observa João Paulo Botelho, analista da consultoria INTL FCStone.

Além desses fatores, o etanol também tem a vantagem para as usinas de oferecer mais liquidez que o açúcar - ponto importante para aquelas que estão com uma situação de caixa mais apertado.

É certo, porém, que a nova dinâmica do mercado de combustíveis, da qual o etanol vem se beneficiando, não será o único fator para garantir esse avanço de produção. A própria safra de cana, que no ciclo passado foi fortemente afetada pela falta de chuvas, também deverá crescer. O Sindaçúcar/PE calcula uma moagem de 44 milhões de toneladas, 4,7% a mais que o total processado na última temporada.

O desenvolvimento das lavouras nos últimos meses ocorreu sob poucas adversidades climáticas, e as previsões de tempo firme durante o dia e chuvas noturnas indicam condições ideais para que a cana alcance rapidamente o ponto de utilização industrial. Apesar da perspectiva de recuperação, o volume ainda deverá ser muito inferior ao observado em anos recentes, quando a moagem na região chegou a 61 milhões de toneladas.

Da mesma forma, o volume de etanol esperado para esta safra ainda está distante do potencial, avalia Cunha. Para ele, as duas regiões poderão produzir 2,3 bilhões de litros de etanol na temporada 2019/20 se o mercado continuar favorável. A produção já foi melhor no passado: chegou a 2,28 bilhões de litros em 2014/15.

Além disso, por mais alcooleira que seja a produção do Norte e do Nordeste, o volume ainda muito aquém do que se produz no Centro-Sul, que deve encerrar esta safra com volume de 24 bilhões e 25 bilhões de litros, segundo as principais projeções do mercado.

Essa tendência mais alcooleira deverá limitar a fabricação regional de açúcar, embora com diferença pouco relevante ante a safra passada. A estimativa do Sindaçúcar é que a produção seja reduzida em 3,2%, para aproximadamente 3 milhões de toneladas

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Carf analisa autuação bilionária contra a Petrobras

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) começou a julgar uma autuação bilionária contra a Petrobras por não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas ao exterior para pagamento de aluguel (afretamento) de plataformas de petróleo. Por ora, apenas a relatora,

conselheira Andréa Viana Arrais Egypto, representante dos contribuintes, votou, de forma parcialmente favorável à companhia.

O auto de infração, relativo ao ano de 2008 e analisado pela 1ª Turma da 4ª Câmara da 2ª Seção, é de R\$ 1,49 bilhão. O valor foi indicado pela companhia em seu Formulário de Referência. A Petrobras considera a chance de perda possível e aponta no documento que não há provisão.

No caso, a fiscalização analisou um conjunto de contratos e considerou irregular a forma de contratação de serviços de exploração marítima de petróleo. Para a Receita Federal, a Petrobras não deveria ter separado, em dois contratos distintos, o afretamento e a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção - geralmente firmada com subsidiária do fornecedor estrangeiro.

A prática é comum no mercado. O valor do afretamento geralmente corresponde à maior parte do custo total. E somente o restante é tributado.

No caso (processo nº 16682. 721161/2012-91), porém, a relatora, em seu voto, levou em consideração que não haveria prestação de serviços sem plataforma ou vice-versa e cancelou a maior parte da cobrança. Os contratos, acrescentou, estão coligados pela natureza do negócio. Por isso, não se poderia, automaticamente, desqualificar a separação entre eles.

Para a conselheira, o fato de a empresa de afretamento ser do mesmo grupo econômico da prestadora de serviços não caracteriza infração ou abuso de direito, pela própria liberdade de contratar. Por isso, afastou a cobrança de IRRF (alíquota de 15%) sobre os valores de afretamento.

No julgamento, a relatora também analisou uma outra discussão, além da principal. A Receita cobra IRRF (alíquota de 25%) em um contrato feito com empresa localizada em paraíso fiscal. Nesse caso, discute-se se a alíquota zero para o afretamento pode ser aplicada mesmo nessas remessas.

Nesse ponto, a conselheira entendeu que deve-se manter a tributação sobre o contrato realizado com empresa localizada em paraíso fiscal, sem incidência de juros sobre multa de ofício. De acordo com pessoas próximas ao processo, essa fatia mantida representa uma pequena parte da cobrança.

A questão não é nova no Carf. Outra autuação referente aos mesmos contratos, só que cobrando Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), já foi analisada. O processo foi levado à Câmara Superior em 2016. A 3ª Turma manteve a cobrança, alterando apenas a base de cálculo para excluir o IRRF. O mérito não foi discutido na Câmara Superior, apenas base de cálculo e juros.

A cobrança já foi levada ao Judiciário. O advogado da Petrobras, Ricardo Krakowiak, afirmou em sustentação oral na sessão de ontem, que a companhia obteve liminar suspendendo a exigibilidade do valor de Cide, e sem precisar apresentar garantias do montante discutido.

MME / ASCOM .